



PROCESSO	Protocolo 1932287/2024
INTERESSADO	Diversos
ASSUNTO	Registros Pessoa Jurídica
DELIBERAÇÃO Nº 002/2024 – CEPEF-CAU/PB	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL, ENSINO E FORMAÇÃO – (CEPEF-CAU/PB) reunida ordinariamente por meio de videoconferência no dia 02 de fevereiro de 2024, no uso das competências que lhe conferem os art. 89 e 90 do Regimento Interno do CAU/PB após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando o art. 1º da Resolução nº 28, de 6 de julho de 2012, que determina a obrigatoriedade do registro nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) das pessoas jurídicas que tenham por objetivo social o exercício de atividades profissionais privativas de arquitetos e urbanistas. Das pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades privativas de arquitetos e urbanistas cumulativamente com atividades em outras áreas profissionais não vinculadas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Das pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades de arquitetos e urbanistas compartilhadas com outras áreas profissionais, cujo responsável técnico seja arquiteto e urbanista;

Considerando os procedimentos previstos na Resolução CAU/BR nº 28/2012, que em seu art. 5º dispõe que o registro inicial de pessoa jurídica deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexada a seguinte documentação: a) ato constitutivo, devidamente registrado no órgão competente, incluindo as alterações, ou se for o caso, a consolidação e as alterações posteriores; b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); c) Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do arquiteto e urbanista indicado como responsável técnico.

Considerando que para a validação do RRT de Cargo ou Função será necessária a comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a pessoa jurídica, por meio de contrato social, carteira de trabalho e previdência social (CTPS), portaria de nomeação ou contrato de prestação de serviços;

Considerando que as pessoas jurídicas que solicitarem registro ficam obrigadas, no ato da solicitação, a comprovar o pagamento, aos empregados e contratados, de salário mínimo profissional aos arquitetos e urbanistas, por meio de demonstrativo próprio, conforme estabelecido na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966;

Considerando que a pessoa jurídica que não atender aos dispositivos da Resolução 28/2012 terá seu pedido de registro sobrestado até que regularize a situação relativa ao cumprimento do salário mínimo profissional aos arquitetos e urbanistas;

Considerando que terão seus registros deferidos aqueles que atenderem aos dispositivos da Lei nº 12.378, de 2010, e da Resolução 28/2012. E aqueles que tiverem pendências deverão promover diligências para saneamento no prazo de 10 (dez) dias do comunicado. E terão indeferidos o pedido de registro, quando ficar configurada a sua impossibilidade.

Considerando, por fim, que caso a pessoa jurídica não atenda aos dispostos já citados ou não promova o saneamento das pendências verificadas, o processo de pedido de registro será arquivado.

DELIBERA:

I - Pelo DEFERIMENTO das solicitações e efetivação dos registros das seguintes pessoas jurídicas: Costa & Galvão Construções e Incorporações, CONSTRUTORA TOQUE FINAL, AQZ PROJETOS E AVALIAÇÕES, Nesto Incorporadora LTDA, MAIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e AUTARQUIA FEDERAL.

II - Pelo INDEFERIMENTO das seguintes solicitações, por estarem em inconformidade com pelo menos um dos requisitos

expostos com a Resolução nº 28/2012 do CAU/BR: GLENDA PONTESARQUITETURA LTDA.

III - Para as solicitações de registro indeferidas, pedir à Divisão de Atendimento ao Público (DAP), que solicite a documentação pendente dos requerentes.

Com **03 votos favoráveis** das conselheiras Amélia de Farias Panet Barros, Mariana Porto Viana e Beatriz Lemos Cavalcante de Carvalho Santiago.

João Pessoa, 02 de fevereiro de 2024.

AMÉLIA DE FARIAS PANET BARROS
Coordenadora

MARIANA PORTO VIANA
Coordenadora Adjunta

BEATRIZ LEMOS CAVALCANTE DE CARVALHO SANTIAGO
Membro

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CEPEF-CAU/PB 2024
(Videoconferência)

Folha de Votação

Conselheiros	Votação			
	Sim	Não	Abst.	Ausência
Amélia de Farias Panet Barros	X			
Mariana Porto Viana	X			
Beatriz Lemos Cavalcante de Carvalho Santiago	X			

Histórico da votação:

Reunião 001/2024 da CEPEF-CAU/PB

Data: 02/02/2024

Matéria em votação: Solicitações de Registro – Pessoa Jurídica

Resultado da votação: Sim (3) Não (0) Abstencões (0) Ausências (0) Total (3)

Ocorrências:

Condutora dos trabalhos (Coordenadora): Amélia de Farias Panet Barros



Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ LEMOS CAVALCANTE DE CARVALHO SANTIAGO, Membro**, em 04/03/2024, às 19:32, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA PÔRTO VIANA registrado(a) civilmente como MARIANA PÔRTO VIANA DE ALBUQUERQUE, Coordenador(a) Adjunto(a)**, em 08/03/2024, às 11:08, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **AMÉLIA DE FARIAS PANET BARROS, Coordenador(a)**, em 08/03/2024, às 11:11, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **D1DECB63** e informando o identificador **0157389**.